



CONGRESSO

Senado aprova mudanças para licença ambiental

Projeto de lei, criticado pelo Ministério do Meio Ambiente, define novas regras para o procedimento. Texto voltará à Câmara

» ISRAEL MEDEIROS
» EDUARDA ESPOSITO

O plenário do Senado aprovou, ontem, o projeto de lei que afrouxa a concessão de licenças ambientais no Brasil. O texto, apelidado por ambientalistas de “PL da Devastação”, recebeu 54 votos a favor e 13 contra. A proposta havia sido aprovada às pressas em comissões da Casa na terça-feira. Por ter sido alterada no Senado, terá de voltar à Câmara, para nova análise.

Entre as mudanças feitas no plenário, está uma emenda do senador Alan Rick (União Brasil-AC) que atendeu ao lobby do setor de saneamento e foi aceita pela relatora Tereza Cristina (PP-MS). A emenda dispensa do licenciamento os sistemas e estações de tratamento de água e esgoto até o atingimento das metas de universalização. Na prática, as empresas não terão de comprovar que seguem rígidos padrões ambientais ao manejar água para consumo humano e ao depositar de volta na natureza os dejetos tratados. Segundo a Lei do Saneamento, de 2020, até 2033, 99% da população deve ter acesso à água tratada e 90% à coleta e ao tratamento de esgoto.

“A flexibilização durante a etapa de universalização permite maior celeridade na execução de projetos prioritários, diminuindo o impacto da inexistência de saneamento ou dos serviços prestados de forma inadequada”, escreveu o senador, na justificativa da emenda.

As pressões para alterar o texto atrasaram o início da votação, que estava marcada para as 14h, mas foi suspensa por falta de quórum. Quando assumiu a presidência da sessão, no fim da tarde, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), demonstrou pressa para iniciar a votação o texto, que foi ao plenário em regime de urgência.

Só depois das 18h, Tereza Cristina foi ao púlpito para ler o relatório. Alcolumbre, então, fez uma defesa enfática do parecer da senadora e concedeu à parlamentar todo o tempo que julgasse necessário para — segundo ele — derrubar “mentiras” a respeito do texto. “Quero que Vossa Excelência esteja com muita tranquilidade para fazer a defesa da verdade de uma matéria relevantíssima para o Brasil”, enfatizou Alcolumbre.

Tereza Cristina, por sua vez, sustentou haver uma série de “narrativas ideológicas de pura má-fé” sobre o projeto e que o texto não agradaria nem aos ambientalistas nem ao empresariado ou ao agronegócio.

Ministério critica

Em nota, o Ministério do Meio Ambiente afirmou que o projeto “representa desestruturação significativa do regramento existente sobre o tema e representa risco à segurança ambiental e social no país”.

“Além disso, afronta diretamente a Constituição Federal, que no artigo 225 garante aos cidadãos brasileiros o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, com exigência de estudo prévio de impacto ambiental para instalação de qualquer obra ou atividade que possa causar prejuízos ambientais”, frisou a pasta.

O ministério também destacou que o PL “é omissivo em relação à crise climática, sem sequer mencionar a questão em seu conteúdo, fazendo com que o processo de licenciamento desconsidere esse tema crucial”.

“A proposta terá impacto negativo para a gestão socioambiental, além de provocar, possivelmente, altos índices de judicialização, o que tornará o processo de licenciamento ambiental mais moroso e oneroso para a sociedade e para o Estado brasileiro.”

Jefferson Rudy/Agência Senado



Alcolumbre concedeu à relatora do projeto todo o tempo que julgasse necessário para, segundo ele, derrubar “mentiras” sobre o texto



O projeto de Lei representa desestruturação significativa do regramento existente sobre o tema e risco à segurança ambiental e social no país”

Trecho da nota do Ministério do Meio Ambiente

Margem Equatorial na mira

A liberação da licença para exploração de petróleo na Margem Equatorial, pleiteada pela Petrobras e alvo de críticas de ambientalistas, também virou assunto no plenário, durante a votação do PL do licenciamento ambiental. A relatora Tereza Cristina (PP-MS) aceitou uma emenda do senador Izalci Lucas (PL-DF) em resposta a demandas do setor petrolífero. A emenda incluiu um artigo no texto que garante que, no caso de empreendimentos ou atividades “de interesse nacional”, as empresas possam

ser ouvidas e pedir a manifestação de um órgão colegiado no processo de obtenção da licença.

Na prática, isso altera a obtenção de licenciamentos junto ao Ibama. O órgão tem resistido, desde 2023, às pressões do governo federal para liberar uma licença para a Petrobras explorar a Margem Equatorial.

Outro que defendeu a exploração foi o senador Eduardo Braga (MDB-AM), que se dirigiu ao presidente da Casa, Davi Alcolumbre, natural do Amapá e que tem atuado nos bastidores para

viabilizar a exploração. “Não é possível, senador Davi, que o Amapá e o Brasil, tendo a Margem Equatorial capaz de produzir petróleo que trará riqueza e desenvolvimento, em um país que tem uma empresa como a Petrobras, com alta competência de extração de petróleo em águas profundas, a 500 quilômetros da costa do Amapá, nós estarmos proibidos de simplesmente prospectar para comprovar a existência da reserva. É aprisionar a região à pobreza, ao atraso”, destacou. (IM e EE)

Geraldo Magela/Agência Senado



A proposta aprovada pela CCJ do Senado modifica tempo de mandatos e prevê que todas as eleições no país ocorram no mesmo ano



O advento da reeleição no Brasil foi um grande equívoco (...). A gente sabe que isso não tem funcionado bem no Brasil, isso é praticamente uma unanimidade”

Marcelo Castro (MDB-PI), relator da proposta

Avança PEC contra reeleição

» ISRAEL MEDEIROS
» WAL LIMA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, ontem, o texto-base da proposta de emenda à Constituição (PEC) que acaba com o direito à reeleição para presidente da República e governador a partir de 2030, e para prefeito a partir de 2028. O texto também define eleições unificadas para todos os cargos a partir de 2034. A matéria vai agora para análise em plenário, com pedido de urgência. Se aprovada, seguirá para a Câmara.

A PEC aumenta de quatro para cinco anos o tempo de mandato de chefes de Executivo, vereadores e deputados federais, estaduais e distritais. Após acordo entre os parlamentares, o mandato dos senadores foi reduzido de oito para cinco anos. A proposta inicial previa ampliação para 10 anos.

Os senadores passam a ter o mandato ampliado de forma escalonada. Os eleitos em 2026 continuam com mandato de oito anos. Em 2030, serão nove anos, e os eleitos em 2034 terão

Aprovação

Para ser aprovada, uma PEC precisa de apoio de três quintos dos parlamentares no Senado e na Câmara. Dessa forma, a proposta precisa do apoio de pelo menos 54 senadores, do total de 81, e de no mínimo 308 deputados entre os 513.

cinco anos. A partir de 2035, toda a composição da Casa passará a ser renovada a cada período eleitoral. Atualmente um terço se renova numa eleição e dois terços na seguinte.

A mudança não estava no texto inicial do senador Marcelo Castro (MDB-PI), relator da proposta, que previa 10 anos de mandato para os parlamentares da Casa e mantinha a alternância. Foi o senador Carlos Portinho (PL-RJ) que apresentou e defendeu

uma emenda nesse sentido.

“Um poder pode ser alternado em 10 anos? Pode, mas ele envelheceu ali. A prática democrática que mais atende o eleitor é a alternância breve de poder. A proposta que traz a redução para cinco anos respeita um dos maiores princípios democráticos, que é o interesse do eleitor”, justificou Portinho.

Pelo texto, todas as eleições no Brasil passariam a ocorrer no mesmo ano, a cada cinco anos, abrangendo os cargos do Executivo e do Legislativo. A unificação plena está prevista para 2034 e tem como objetivo reduzir os custos do processo eleitoral. Atualmente, os brasileiros vão às urnas a cada dois anos, alternando entre eleições gerais e municipais.

Em coletiva de imprensa após a votação, Marcelo Castro avaliou que a aprovação do texto representa um momento histórico para o país. “O advento da reeleição no Brasil foi um grande equívoco (...). A gente sabe que isso não tem funcionado bem no Brasil, isso é praticamente uma unanimidade”, disse.